



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA JUNTO À 38ª ZONA ELEITORAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO  
PREPARATÓRIO ELEITORAL Nº 017/2016

*Ementa: Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE).  
Colheita de informações e documentos visando a  
formação de "opinio". Irregularidades no financiamento  
de campanha eleitoral de NILTON WILSON SALOMÃO  
(Nilton Salomão).*

**CONSIDERANDO** a interpretação dispensada pelo Egrégio Tribunal Superior Eleitoral ao artigo 105-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

**CONSIDERANDO** que a apuração das infrações eleitorais de natureza não criminal exige o estabelecimento de requisitos procedimentais mínimos, de modo a assegurar o respeito aos direitos individuais e o desenvolvimento do controle interno;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do regime democrático, nos termos do art. 127, *caput*, da Constituição da República;



**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA JUNTO À 38ª ZONA ELEITORAL**

**CONSIDERANDO** que a atuação do Ministério Público, na proteção da **ordem jurídica eleitoral**, é exercida por membros do Ministério Público Federal e dos Estados;

**CONSIDERANDO** que o art. 78 da Lei Complementar nº 75/93 estabelece que as funções eleitorais, perante os Juízes e Juntas Eleitorais, são exercidas pelos Promotores Eleitorais;

**CONSIDERANDO** o teor dos Relatórios de Conhecimento Nº 055268/2016, nº 242712/2016, nº 242812/2016, 343496/2016, 082092/2016, 196952/2016, 140724/2016 e 024222/2016, do SisConta Eleitoral, apontando possíveis irregularidades no financiamento de campanha eleitoral de *Nilton Wilson Salomão*, candidato ao cargo de prefeito no Município de Teresópolis;

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público Eleitoral, como Instituição fiscalizadora do efetivo cumprimento da legislação pertinente, a análise de eventuais irregularidades no financiamento de campanhas eleitorais, do que depende a manutenção do regime democrático,

**RESOLVE** o Promotor Eleitoral infra-assinando, da **38ª** Zona Eleitoral, da Comarca de Teresópolis, na forma do art. 1º da Resolução GPGJ nº 1.935, de 26 de setembro de 2014, instaurar o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL**, com a



MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA JUNTO À 38ª ZONA ELEITORAL

*finalidade de reunir informações sobre irregularidades no financiamento de campanha eleitoral de Nilton Wilson Salomão.*

**Autuada, registrada e publicada a presente portaria, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:**

SOLICITE-SE o endereço do candidato e dos doadores indicados pelo SisConta;

AGENDE-SE data para oitiva do candidato e dos doadores, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos fatos tratados no presente, de acordo com a agenda desta Promotoria de Justiça, notificando-o pessoalmente, via TNAI;

ENCAMINHE-SE cópia digitalizada desta portaria, em meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias Eleitorais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (cao.eleitoral@mprj.mp.br), para ciência e registros; e

Com resposta, abra-se nova vista imediatamente.

Teresópolis, 22 de novembro de 2016.

**CARLA TEREZA DE FREITAS BAPTISTA CRUZ**  
**PROMOTORA DE JUSTIÇA - MATRÍCULA 1883**